



Servidores do Incra realizam paralisação nacional por Plano de Cargos e Carreiras

Servidores do Incra no Maranhão paralisaram as atividades durante o dia de hoje, 10 de junho, para pressionar o governo a sentar à mesa e discutir a reestruturação do Plano de Cargos e Carreiras da categoria.

Os trabalhadores já estão mobilizados desde janeiro, realizando assembleias todas as segundas-feiras e esperam que suas demandas sejam finalmente atendidas pelo governo na Mesa Setorial Nacional de Negociação que irá tratar dos Planos de Cargos e Carreiras, mas alertam que continuarão mobilizados e se for necessário mais paralisações de advertências serão convocadas.

Para o diretor jurídico do Sindsep/MA, Webert Cordeiro Sobrinho, essa é uma luta que está para além de aumento de salários e passa pela própria reestruturação do órgão, que foi completamente sucateado pelos governos anteriores e hoje está inclusive sem material humano para executar as políticas públicas para a reforma agrária.

“Esse é um movimento nacional que tem como objetivo pressionar o governo e alertar a população, inclusive os beneficiários da reforma agrária que sem a valorização dos servidores e a re-

estruturação do Incra, sequer as demandas dos trabalhadores que já estão assentados serão atendidas”, disse Webert Cordeiro Sobrinho, servidor do Incra e diretor jurídico do Sindsep/MA.

Para o presidente do Sindsep/MA, João Carlos Martins a decisão dos servidores do Incra é um passo importante no sentido de mostrar o descontentamento da categoria com o processo negocial que já se arrasta há muito tempo e até agora não houve avanço significativo.

“O Sindsep/MA está aqui para apoiá-los nessa atitude concreta de demonstrar seu descontentamento com o governo e mostrar à sociedade que sem trabalhadores valorizados não haverá reforma agrária satisfatória e que o trabalho desempenhado pelos servidores é essencial para que realmente seja feita reforma agrária nesse país”, afirmou João Carlos Martins.

O vice-presidente do Sindsep/MA e diretor executivo da Condsef, Raimundo Pereira destacou a importância dessa mobilização e informou que em relação ao reajuste salarial, o governo já bateu o martelo com 9% em janeiro de 2025 e mais 5% em maio de 2026, mas que as negociações



sobre o Plano de Cargos e Carreiras serão tratadas na Mesa Nacional Setorial.

“Essa mobilização é muito importante para pressionar o governo e semana que vem teremos uma rodada de negociações na reunião da Mesa Nacional Setorial que irá tratar das demandas do Incra, Ibama. Lá é o fórum adequado que foi criado pelo governo para tratarmos dos Planos de Cargos e Carreiras dos servidores”, disse Raimundo Pereira de Souza, vice-presidente do Sindsep/MA e diretor executivo da Condsef.

Participaram do Ato em frente à Superintendência Regional além dos servidores do órgão, 12 diretores e diretoras do Sindsep/MA.

Além do Maranhão, estão paralisadas as Superintendências Regionais de Pernambuco, Bahia, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Pará, e a sede em Brasília.



PEC da privatização das praias é um crime e um ataque à natureza

A polêmica Proposta de Emenda à Constituição (3/2022), apelada de PEC da privatização das praias, porque facilita a venda de áreas do litoral brasileiro e impede o acesso da população ao espaço considerado um dos mais democráticos do mundo, é criticada pelo secretário do Meio Ambiente da CUT Nacional, Daniel Gaio.

O dirigente entende que a PEC é mais uma iniciativa da direita que está, segundo ele, “encastelada” dentro do Congresso, que quer privatizar o que é público, como já fizeram com tantas outras coisas no país.

Ele refuta a ideia de privatização, que limita o acesso da população em geral às praias, por sequestrar um direito que deve ser preservado, o de acesso a esses espaços. A estimativa é que haja atualmente 2,9 milhões de imóveis em terrenos de marinha. Mas apenas 565,3 mil deles estão cadastrados. E os beneficiários tendem a ser pessoas de alta renda, que ocupam terrenos à beira-mar.

Gaio conclui contando que a CUT está subscrevendo algumas iniciativas de entidades parceiras e de escritórias de advocacia contra a PEC, em denúncia à sua tramitação e em denúncia ao objeto como um todo.

PEC da privatização das praias voltará a ser debatida no Senado (*)

O senador Fabiano Contarato (PT-ES), anunciou na noite desta quarta-feira (5), a aprovação de seu requerimento para audiência pública sobre a PEC da privatização das praias, que se, aprovado, as áreas à beira mar, de lagoas e rios, de domínio da União, serão transferidas a estados, municípios e também a empresas.

PEC da Privatização das Praias facilita calote

A PEC da Privatização das Praias tem parecer favorável do senador

Flávio Bolsonaro (PL-RJ), relator da proposta. Em sua manifestação, o parlamentar alegou que o projeto dará mais segurança jurídica aos atuais ocupantes. Isso porque “muitas pessoas adquiriram imóveis devidamente registrados na serventia de registro de imóveis e, após decorridos muitos anos, passaram a ter suas propriedades contestadas pela União, quando da conclusão de processos demarcatórios”, argumenta.

Flávio Bolsonaro também defende que a medida aumentará a arrecadação federal e atenderá necessidades de municípios com grandes áreas litorâneas. A proposta, porém, que já foi tema de audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), em 27 de maio, coleciona controvérsias e provoca repercussão nas redes sociais. Atualmente, a propriedade desses imóveis é compartilhada com a União, que cobra uma taxa de foro pelo uso e ocupação do terreno. Em caso de transferência para outra pessoa, é preciso pagar outra taxa, o laudêmio.

Ao facilitar a transferência, a PEC, porém, não prevê sanções ou condutas em caso de não pagamento. O que pode provocar diversos calotes no governo quanto ao pagamento de valores devidos por um proprietário. “A PEC é a porta para a privatização”, destacou o o biólogo Ronaldo Christofoletti, professor do Instituto do Mar da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). “A proposta não privatiza a praia. Ela permite que prefeitos e governadores regularizem a participação da iniciativa privada. Logo ela é a porta para a privatização”, completou em entrevista ao portal Congresso em Foco.

Senadores com propriedades no litoral

Levantamento da Folha de S. Paulo, divulgado nesta quinta-feira (6), mostra que entre os possíveis beneficiários diretos da PEC estão nove dos 81 senadores que vão votar a medida. São

eles: Alessandro Vieira (MDB-SE), Ciro Nogueira (PP-PI), Esperidião Amin (PP-SC), Fernando Dueire (MDB-PE), Jader Barbalho (MDB-PA), Laércio Oliveira (PP-SE), Marcos do Val (Podemos-ES), Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) e Renan Calheiros (MDB-AL). Com base em dados públicos da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e da Justiça Federal, o jornal identificou que todos esses parlamentares têm em seu nome propriedades que ficam em área de marinha.

Mas, apesar do conflito de interesse, a maioria disse não se sentir impedidos em analisar a PEC. Dois deles ainda já se declararam favoráveis ao texto: Esperidião Amin (PP-SC) e Oriovisto Guimarães (Podemos-PR). O primeiro é dono de um imóvel de 2.982,89 metros quadrados em Guaratuba, no litoral do Paraná. À reportagem, Esperidião minimizou a contradição, afirmou que se trata de uma “casa de veraneio” e que a PEC não terá para ele um “reflexo significativo”.

“São milhares de casas na mesma situação. Importante salientar que, em qualquer hipótese, não haverá alteração no uso do terreno”, afirmou à Folha. A proposta de privatização das praias já teve aval da Câmara, em fevereiro de 2022. Na época, a SPU alertou que a medida seria “deletéria” sobre o patrimônio da União. O cálculo é de que o valor das áreas envolvidas supere R\$ 1 trilhão. O prejuízo, contudo, pode ser ainda maior, segundo informações atualizadas pela secretaria a partir do Censo de 2022.

Entre os que podem se beneficiar estão ainda Marcos do Val e Laércio Oliveira, que não manifestaram qual posição vão adotar na análise do tema. Oliveira, porém, já votou a favor da PEC da Privatização das Praias quando ela foi aprovada pela Câmara e ele era deputado. Já Fernando Dueire, que também tem propriedade no litoral, se disse contrário à medida.

*Com Clara Assunção, da RBA